Ricardo Rodrigues Cardozo*

A Justiça do Rio e seu olhar para o futuro

Inovar, sempre. Perder a dimensão humana, jamais. Esse foi o lema que orientou o Tribunal de Justiça do Rio nos últimos dois anos, período marcado por transformações profundas. De um lado, a tecnologia impulsionou melhorias significativas, permitindo o aperfeiçoamento dos serviços. De outro, o compromisso social manteve-se inabalável. A busca por esse equilíbrio revela o caráter de enxergar nas inovações a oportunidade de aproximar ainda mais o Judiciário das pessoas.

Aos números e fatos: os investimentos do Judiciário em inteligência artificial triplicaram no último biênio, criando ferramentas como o sistema Assis, que auxilia na elaboração de decisões. Ao mesmo tempo, a Sala Íris — um centro de informações em tempo real — e o laboratório de inovação Ideia Rio reforçam a importância dos dados para uma gestão estratégica baseada em evidências. Não se trata apenas de processar informação, mas de transformá-la em co-

nhecimento útil, o que exige um cuidado constante com a capacitação de servidores e magistrados. Nesse cenário de modernização, o EPROC, sistema de processamento digital, acelera o trâmite processual e simplifica o acesso à Justiça, possibilitando que partes e advogados acompanhem o andamento de demandas com maior transparência.

Só que a tecnologia não pode ofuscar o cuidado com as pessoas. A ampliação da frota de ônibus da Justiça Itinerante garante atendimento às regiões mais distantes, aproximando o Judiciário daqueles que, muitas vezes, sequer têm recursos para se deslocar até um fórum. Iniciativas de amparo à população em situação de rua demonstram que as portas do Judiciário estão escancaradas para todos, reforçando o compromisso com a dignidade humana. A criação de uma Vara do Idoso comprova a preocupação na atenção especializada a uma parcela sensível da sociedade, ampliando o escopo de assistência.

Em diversas frentes, o TJRJ permanece atento às demandas sociais. O combate à violência de gênero reforça o papel do Tribunal na defesa dos direitos das mulheres e na construção de um ambiente mais seguro. Afinal, a Justiça é presença ativa na vida social, seja nos grandes eventos que movimentam a cidade, seja no dia a dia dos vulneráveis.

Além desses esforços, o Tribunal vem explorando novas formas de resolução de conflitos, como conciliação e mediação, que reduzem a quantidade de processos e evitam desgastes emocionais para as partes envolvidas. Esse olhar inovador permite que mais cidadãos encontrem soluções ágeis para seus litígios e, ao mesmo tempo, fortalece a cultura de paz no ambiente jurídico.

Mais do que um conjunto de ações pontuais, todos esses avanços traduzem uma mudança de cultura que vem se enraizando no Judiciário, promovendo uma visão cada vez mais aberta à inovação e ao diálogo com a sociedade. Essa transformação não pode estagnar: deve prosseguir atenta às demandas sociais e às novidades tecnológicas, garantindo o aperfeiçoamento contínuo de procedimentos e a capacitação constante de servidores e magistrados.

A gestão do TJRJ nos últimos dois anos representou um ponto de virada. Avanços tecnológicos e responsabilidade social não são excludentes; pelo contrário, reforçam-se mutuamente. É uma mudança cultural que se mostra imprescindível e sem retorno, pois a sociedade demanda eficiência aliada à sensibilidade. É com essa convicção que o Judiciário do Rio trilha um caminho promissor, de tornar-se referência para todo o país, sem abrir mão de sua essência: proteger direitos, promover justiça e valorizar cada indivíduo que busca amparo nas instituições.

> *Desembargador. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

EDITORIAL

Quando a saúde fica em segundo plano

A busca desenfreada por um padrão estético inatingível tem levado um número alarmante de pessoas a recorrer a procedimentos arriscados e ao uso indiscriminado de medicamentos sem prescrição médica. O problema, que já vinha crescendo nos últimos anos, ganha contornos ainda mais preocupantes com a popularização de anabolizantes, coquetéis de antidepressivos sem acompanhamento adequado, substâncias injetáveis para emagrecimento e um verdadeiro mercado paralelo de tratamentos sem embasamento científico.

Recentemente, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) e a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso) divulgaram uma nota de alerta à população sobre os "graves riscos" associados ao uso de medicamentos injetáveis de origem alternativa ou manipulados para tratar obesidade e diabetes. Os análogos do GLP-1 e GIP, como a semaglutida (presente no Ozempic e Wegovy) e a tirzepatida (do Mounjaro e Zepbound), são aprovados por agências reguladoras sérias, mas têm sido utilizados de forma indiscriminada, sem critérios, por quem busca soluções rápidas para um corpo padronizado.

O problema não está apenas no uso inadequado desses medicamentos, mas na mentalidade que os impulsiona. Vivemos uma era onde o imediatismo e a pressão estética fazem com que muitas pessoas se arrisquem sem considerar as consequências a longo prazo. As redes sociais, repletas de influenciadores propagando "receitas milagrosas", reforçam a ideia de que a solução está em uma seringa ou em um comprimido. O resultado são efeitos colaterais perigosos, dependência química e, em casos mais graves, danos irreversíveis à saúde.

Anabolizantes seguem a mesma lógica. O desejo por um corpo musculoso e definido faz com que muitas pessoas recorram a substâncias que alteram o metabolismo, sobrecarregam o fígado e podem desencadear distúrbios hormonais severos. Os efeitos colaterais incluem disfunções cardíacas, infertilidade e transtornos psiquiátricos. Ainda assim, o uso dessas substâncias é banalizado por uma cultura que enaltece o resultado imediato e ignora o custo para a saúde.

Fernando Molica

Os muitos culpados pela tragédia em Salvador

Não há inocentes entre os que, de maneira ou indireta, foram incapazes de prevenir o desabamento de parte do teto da Igreja de São Francisco, em Salvador, acidente que matou uma jovem, deixou cinco feridos e destruiu parte de um dos mais belos e importantes monumentos do país.

O fato de a igreja pertencer a uma ordem religiosa não exime o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) da falha grave de não ter agido - desde pelo menos junho de 2023 que o órgão sabia que a situação do templo era ruim, como está registrado em documento oficial. Esta edição do Correio traz novas evidências de que a gravidade da situação era conhecida por muita gente.

Além da Ordem Primeira de São Francisco e do Iphan, a Defesa Civil da Bahia também errou ao não impedir o acesso de fiéis, funcionários e turistas ao interior da igreja. Houve um crime que pode ser classificado de homicídio doloso eventual, quando, ao se omitirem, suspeitos assumem o risco de causar mortes.

Baiana de Salvador, a ministra da Cultura, Margareth Menezes falhou ao não agir - não é razoável que alguém tão ligada à cultura de seu estado não soubesse das condições precárias de uma construção tão importante.

De férias em Salvador, estive nesta igreja há menos de mês - foi possível ver estacas de madeira fora da nave principal, sinal de que havia problemas estruturais por lá. Era um dia de semana à tarde, estava cheia de turistas como Giulia Panchoni Righetto, a jovem de 26 anos que foi morta pela queda do teto.

Nessas horas, repete-se o ritual de lavagem de mãos. Presidente do Iphan, Leandro Grass, chegou a diminuir a importância de um documento enviado na última segunda-feira pelo frei Pedro Júnior Freitas da Silva, guardião e diretor do conjunto. Nele, o religioso falava de problemas no texto.

Grass, porém, disse que, se o problema fosse urgente, o frade deveria ter telefonado para o Iphan. Isto, como se o órgão

um come o quê, quem, quanto,

quando e onde quiser, e os inco-

modados que se mudem. O que

me intrigava era se as pessoas

estavam comendo tanta pipoca

fora dos cinemas -na rua, em

casa, no escritório- quanto den-

tro. Ao saber que 90% do consu-

responsável pelo patrimônio nacional não soubesse da importância da igreja e que a situação do prédio era ruim, tanto que, em dezembro de 2023, como mostrou ontem a coluna Correio Bastidores, contratou a empresa Solé Associados para fazer projetos executivos para a recuperação do templo.

Em maio do ano passado - confira reportagem na página 8 - relatórios enviados pela empresa ao Iphan mostravam riscos de desabamento e de graves problemas elétricos. Está tudo escrito e documentado.

O órgão federal tem o direito de alegar que, vítima de um desmonte no mandato de Jair Bolsonaro, tem pouca gente para analisar processos. Mas houve uma falha grave ao hierarquizar os problemas. O que estava em jogo era um patrimônio nacional, a Igreja de Ouro conhecida internacionalmente como um dos mais ricos e belos exemplos da arquitetura barroca de influência portuguesa.

Pior: um dos grandes pontos de interesse de Salvador (BA), a igreja era visitada diariamente por centenas de turistas, pessoas que desconheciam o risco de ficarem sob um teto que, há seis meses, dera sinais de desgaste - é o que conta a coluna Correio Bastidores de hoje.

Os responsáveis pela igreja fizeram reparos no forro, mas não atacaram a fonte dos problemas, que só poderia estar mais acima, na estrutura que sustentava a madeira que servia de tela para belíssimas obras de arte.

O que houve na Igreja de São Francisco é imperdoável e demonstra a fragilidade de um Estado que deveria zelar pelo seu patrimônio e, principalmente, pela vida. O coro de justificativas já está presente, mas isso não deve diminuir o ímpeto da apuração. Uma pessoa morreu, outras ficaram feridas, um tesouro da humanidade foi destruído pela irresponsabilidade de muita gente. Essas pessoas têm que pagar pelo que fizeram e pelo que não fizeram.

Eu sou da América do Sul

Até a próxima quarta-feira (12), os amantes da sétima arte terão mais motivos para ir ao cinema: em salas de todo o país, os ingressos custarão apenas R\$ 10. Na capital federal, além dos cinemas convencionais, o Cine Brasília também exibirá sessões de R\$ 10, R\$ 5 e até gratuitas – com filmes concorrendo ao Oscar, filmes infantis, além de longas e curta-metragens locais.

O preço acessível para ter acesso às telas de cinema no período de apenas uma semana demonstram como, infelizmente, o acesso à cultura segue sendo algo restrito.

Em uma entrevista na época em que era ministro da Cultura, o cantor Gilberto Gil disse que as pessoas precisam parar de falar que cultura era algo extraordinário, porque "cultura é ordinária".

"Precisa acabar com essa história de achar que a cultura é uma coisa extraordinária. Cultura é igual feijão com arroz. É necessidade básica, tem que estar na mesa, tem que estar na cesta básica de todo mundo", destacou Gilberto Gil.

Mas essa necessidade básica não aparenta ser respeitada. O começo do ano de 2025 trouxe um sentimento ambíguo para a cultura brasileira e seu reconhecimento global. De um lado, a atriz Fernanda Torres fez história quando ganhou o Globo de Ouro como melhor atriz de drama pelo filme "Ainda Estou Aqui", primeira brasileira a conquistar este feito, além de ser indicada ao Oscar como melhor atriz pelo mesmo filme, que ainda concorre à premiação de melhor filme de língua estrangeira e melhor filme do ano.

Mas pro outro lado, o cantor Milton Nascimento foi esnobado e desrespeitado pelo Grammy. O artista, concorria na categoria de Melhor Álbum Vocal de Jazz juntamente com a musicista de jazz, Esperanza Spalding. Porém, apenas Esperanza, que é estadunidense, teve um lugar reservado na área principal do Grammy. Não se reservou um espaço para Milton, uma lenda víva da música do mundo, inclusive já vencedor do Grammy. O artista, de 82 anos, pegou um voo do Brasil para Los Angeles (que dura pelo menos 12 horas) para ser esnobado e a produção da premiação sequer considerou suas limitações físicas por ser um idoso.

Milton Nascimento, você é (o orgulho) da América do Sul, mesmo que eles não saibam. Mas também é cowboy e do ouro, muito antes de Lennon e McCartney.

Ruy Castro*

Terra de ninguém e de todo mundo

E pensar que, algumas vezes, neste espaço, me queixei de que, ao ir ao cinema, a sinfonia de maxilares triturando pipoca ao meu redor me impedia de escutar os diálogos. Pipoca no cinema nunca foi novidade, claro. Vem desde os tempos da manivela. Só não era obrigatória. Imagine comer pipoca em filmes como "M, o Vampiro de Dusseldorf" (1931), de Fritz Lang, ou "O Silêncio" (1962), de Ingmar Bergman, com aquelas longas pausas silenciosas cheias de significado. O próprio roedor de pipoca ficaria sem jeito ao ouvir-se a si mesmo. Estou ciente de que cada

mo mundial de pipoca se dá nas salas de projeção, convenci-me de que os filmes tinham se tornado só um pretexto para o consumo do principal produto dos estúdios: a pipoca.

Mas recente e assustadora reportagem de Guilherme Luis na Folha fez-me suspeitar que fui injusto com o pessoal que se limitava a britar grãos de milho com seus molares. De fato, não era tão incômodo assim, mesmo porque os cinemas compensavam elevando a música a volumes centibélicos, capazes de abafar até o ronco de uma betoneira no palco.

Segundo a matéria, o problema, hoje, é que, segundo os proprietários das salas, cada espectador acha que pode fazer o que quiser dentro do cinema. Gravar trechos inteiros do filme e jogá-los nas redes. Ir lá na frente e tirar selfies com os atores na tela. Participar do filme, vaiando, aplaudindo ou discutindo-o com a turma em voz alta. Se for

um musical, cantar junto com o artista e dançar nos corredores ou em cima das poltronas. Fumar vape ou um baseado em certas cenas.

Não sei se a sério, alguém sugeriu a volta do lanterninha, aquele antigo funcionário que passeava pelo escurinho para inibir os casais mais excitados. Hoje, ser lanterninha será uma profissão de risco.

*Jornalista e escritor. Autor das biografias de Carmen Miranda, Garrincha e Nelson Rodrigues. Membro da Academia Brasileira de Letras

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: ORTIZ RUBIO, O NOVO PRESIDENTE DO MÉXICO

As principais notícias do Correio da Manhã em 7 de fevereiro de 1930 foram: General Ortiz Rubio é empossado como o novo presidente

do México. Delegação italiana da Conferência Naval não está tão disposta a diminuir suas reservas de tonelagem de armamentos. Governador da Bahia dá garantias para que a Caranava da Aliança Nacional passe pelo estado sem problema. João Pessoa é ovacionado na Paraíba.

HÁ 75 ANOS: BIDAULT PODE SAIR DO CARGO DE PREMIER FRANCÊS

As principais notícias do Correio da Manhã em 7 de fevereiro de 1950 foram: Grã-Bretanha reconhece Vietnã, Laos E Camboja

DDE SAIR DO CARGO DE como membros associados da União francesa. Bidault pode ser demitido do cargo de primeiro-ministro após

saída dos socialistas da coalizão. Na-

soa é ovacionado na Paraíba.

PREMIER FRANCÊS

cionalistas chineses e URSS em rota
de colisão na ONU. Negocia-se a

candidatura de Eduardo Gomes à

presidência pela UDN.

Correio da Manhã Fundado em 15 de junho de 1901

Fundado em 15 de junho de 19

Edmundo Bittencourt (1901-1929) Paulo Bittencourt (1929-1963) Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral) patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação) redacao@jornalcorreiodamanha.com.br Redação: Carlos Martins, Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro Rudolfo Lago (editor) e Rafael Lima

Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor) e Rafael Lima Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Nhatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20 www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.